



Periódico da Universidade Vale do Rio Verde

ISSN: 2526-690X
v. 2 | n. 1 | Ano 2018

Inês de Oliveira NORONHA
Departamento de Arqueologia, Socioambiental
Projetos
socioambientalprojetos@uol.com.br

Paulo Eduardo de Oliveira ENÉAS
Departamento de Arqueologia, Socioambiental
Projetos
pauloeneas.socioambiental@gmail.com

LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO EM ÁREA DE ATIVIDADES AGROSSILVOPASTORIS - PERDIZES, PEDRINÓPOLIS E SANTA JULIANA/MG

Resumo: O presente estudo teve como intuito apresentar os resultados obtidos após a realização do projeto de prospecção arqueológica, a fim de atender à legislação atinente ao licenciamento ambiental e à disciplina arqueológica. O enfoque adotado neste trabalho foi o da arqueologia da paisagem, no qual foi executado levantamento bibliográfico sistemático, expedições de campo para reconhecimento local, prospecção arqueológica pautada na abertura de sondagens para verificação de subsuperfície, registro, delimitação e caracterização dos sítios e áreas de interesse arqueológico e histórico. O potencial arqueológico das áreas vistoriadas no tocante à presença de vestígios relacionados ao passado pré-colonial é alto - assim como para o período histórico - conforme atestam os resultados coletados em campo e o contexto da arqueologia regional.

Palavras-chave: Atividades agrossilvopastoris. Pesquisa arqueológica. Licenciamento ambiental.

ARCHAEOLOGICAL SURVEY IN AGRICULTURAL ACTIVITIES AREA - PERDIZES, PEDRINÓPOLIS AND SANTA JULIANA, MINAS GERAIS, BRAZIL

Abstract: The objective of this work is to present the results obtained of the archaeological survey, which sought to record, delimit, research, preserve and disseminate the local archaeological heritage, in order to comply with the legislation related to environmental licensing. The approach adopted in this work was the Landscape Archeology methodology, in which a systematic bibliographic survey, field expeditions reconnaissance, archaeological survey based on the subsurface verification, registration, delimitation and characterization of sites and areas of archaeological and historical interest. The archaeological potential of the surveyed areas in relation to the presence of vestiges related to the pre-colonial past is high - as well as the historical past - as attested the results collected in the field and the context of regional archeology.

Keywords: Agricultural activities. Archaeological survey. Environmental Licensing.

Recebido em: 20/03/2018 - Aprovado em: 14/04/2018 - Disponibilizado em: 30/07/2018

INTRODUÇÃO

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é formada por

sete microrregiões, entre elas, a microrregião de Araxá, que inclui

Perdizes, Pedrinópolis e Santa Juliana, dentre outros municípios.

A microrregião em questão possui boa infraestrutura de transporte, visto que sua malha viária (ferrovias e rodovias) e estrutura aérea garantem ligações com as demais regiões de Minas Gerais e os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal.

O município de Perdizes está localizado em uma altitude de 992m. Seus municípios vizinhos são Pedrinópolis, Nova Ponte, Araxá e Iraí de Minas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Perdizes conta com 14.404 habitantes, distribuídos por uma área de 2.451,60km². Destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, segundo o IBGE (2010), é de 0,723, considerado alto, acima da média do IDH do país. Cabe salientar que a base econômica do município é a agricultura e a pecuária, que é fortíssima, sendo destaque no cenário nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário equivale a 85% do PIB municipal, sendo o 3º maior de Minas Gerais, e entre os maiores do país.

A uma distância de 453km da capital mineira está situado o município de Santa Juliana, a Oeste do Alto

Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. O município está localizado a uma altitude média de 910m, sendo cortado pela BR-452 (que liga Araxá a Uberlândia), seus municípios limítrofes são Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes e Sacramento. Apresenta atualmente uma população de 11.337 habitantes, que se distribuem por uma área de 723,8 km², conforme atesta o IBGE (2010). Cabe salientar que o IDH do município é de 0,706 – acima da média estadual. Em termos econômicos, o município tem se tornado importante polo de produção de batatas, sendo a terceira cidade de Minas Gerais com maior rentabilidade com batata-inglesa. O município conta com a agricultura e são produzidos grãos como: soja e milho, além de culturas de cenoura, alho e cana-de-açúcar.

Já o município de Pedrinópolis, está localizado a uma altitude média de 900m, próximo às rodovias MG-010 e BR-040. Vale destacar que a MG-424 corta a localidade. O município faz divisa com as cidades de Perdizes, Nova Ponte, Romaria e Iraí de Minas. Apresenta uma população de 3.490 habitantes que se distribuem por uma área de 357,9km² – densidade demográfica de 9,8 hab./km² –, conforme atesta o IBGE (2010). Cabe salientar que o IDH do município é de 0,729 – acima da média estadual. O

agronegócio é a principal atividade econômica do município. São produzidos cereais como soja, milho e feijão, hortifrútiis como batata, cenoura e uva de mesa. O café e a cana-de-açúcar também tem grande contribuição para a economia do município. No município também são encontradas empresas beneficiadoras de hortifrútiis e cereais. Dentre os itens pecuários destaca-se a bovinocultura de corte e de leite, suinocultura e avicultura.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos após a pesquisa arqueológica no local. Tal estudo foi realizado a fim de atender à legislação atinente ao licenciamento ambiental e à disciplina arqueológica, assegurando a proteção do patrimônio arqueológico, histórico e cultural por meio de ações de campo e laboratório.

Em relação à caracterização do empreendimento de atividades agrossilvopastoris, pode-se atestar que já se encontra instalado e em perfeito funcionamento. Dentre as intervenções executadas na área estão o escritório, lavador de batatas, silo de armazenamentos de grãos, câmara fria de armazenamento de batata in natura, residências, cantina, oficina mecânica e barracões. Não obstante, há o cultivo de uma diversidade de produtos, como: soja, batata, sorgo, milho, cana-de-açúcar,

eucalipto, pinus, dentre outros. Ainda, há a criação de bovinos, equinos, caprinos e suínos.

As atividades de arqueologia desenvolvidas para a adequada condução do processo de licenciamento ambiental da área pesquisada ocorreram mediante a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os procedimentos adotados seguiram as premissas estabelecidas pela Lei Federal nº 3.924/61, art. 20 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1961, 2016), e Portarias SPHAN nº 07/1988, IPHAN nº 230/2002 e IPHAN nº 28/2003 (IPHAN, 1988, 2002, 2003), que tornaram obrigatória a realização de estudos arqueológicos em empreendimentos que apresentem potencial de impacto sobre os bens culturais e arqueológicos. A prospecção arqueológica se encontra também regulamentada pela Resolução Conama nº 1, de 1986, juntamente com o Decreto-Lei nº 25/1937 e o Decreto nº 3.551/2000 (BRASIL, 1937, 1986, 2000), que enfoca o patrimônio histórico e artístico nacional, além de instituir o registro de bens imateriais, e também a Lei nº 9.605/1998 (BRASIL, 1998), Seção IV, que versa sobre os crimes atinentes ao patrimônio cultural. Ainda, a Portaria IPHAN nº 230/2002 (IPHAN, 2002) compatibilizou

as etapas da pesquisa arqueológica com as fases do licenciamento ambiental do empreendimento.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento interventivo oportunístico, visando identificar e mapear os possíveis sítios arqueológicos ocorrentes nas áreas de influência do empreendimento, oferecendo os subsídios necessários para a proposição de medidas de salvaguarda do patrimônio.

Nessa empreitada, partiu-se da premissa de que o patrimônio arqueológico constitui herança cultural da nação, pois se trata do registro físico das atividades desenvolvidas pelos diferentes atores que participaram da formação da sociedade. O seu gerenciamento e proteção perpassa pela realização de estudos capazes de gerar novos dados e oferecer à comunidade elementos para identificação de suas raízes culturais e sociais (MORAIS, 2006).

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foram aplicadas definições e aspectos teóricos que são específicos da arqueologia e do licenciamento ambiental. Devido à multiplicidade de abordagens inerentes às temáticas, torna-se pertinente

apresentar os referenciais que orientaram este trabalho.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 01/86 (BRASIL, 1986) foi conceituada como Área Diretamente Afetada (ADA) a parte correspondente aos terrenos destinados ao cultivo (soja, milho, batata, cana-de-açúcar, eucalipto, pinus etc.), áreas de pastagem e demais estruturas, o que perfaz um total de 11.550 hectares.

Para a Área de Influência Direta (AID) foram consideradas as áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, ou seja, um total aproximado de 4.100 hectares.

Já a Área de Influência Indireta (AII) corresponde aos municípios de Perdizes, Pedrinópolis e Santa Juliana, que receberão impactos indiretos decorrentes do empreendimento.

Não obstante, levou-se em consideração que a ocorrência arqueológica pode ser definida como objeto único ou quantidade ínfima de objetos encontrados de forma isolada e desconexa de um determinado local. Já o sítio arqueológico corresponde a uma unidade menor do espaço passível de investigação uma vez que apresenta objetos, estruturas ou outros tipos de vestígios perceptíveis, a ponto de

oferecerem um testemunho de atividades humanas no passado (SOCIOAMBIENTAL PROJETOS, 2016).

Assim, para a execução da pesquisa, foram estudadas as fontes históricas e etnohistóricas disponíveis sobre a região de interesse, buscando coletar informações que permitiram a contextualização, descrição e interpretação dos dados levantados em campo e dos bens patrimoniais, porventura identificados na área do empreendimento. Foram consultados bancos de dados on-line, fontes disponíveis em arquivos e bibliotecas, bibliografia secundária e outros tipos de fontes, tal como documentação cartográfica e aerográfica, para estabelecer os referenciais adequados para o estudo proposto.

Partindo dessa orientação, as sondagens foram abertas em locais previamente determinados por um grid estendido por toda a área. Levando em conta o diagnóstico realizado na área, foi estabelecido um grid de 500m equidistantes, a fim de melhor cobrir toda a área do empreendimento. Os pontos de tradagem foram abertos com o auxílio de enxadas e cavadeiras ‘boca de lobo’.

Ainda, em áreas de maior potencial arqueológico, a exemplo da AID

– Reserva Legal, foram realizadas tradagens em grids de 150m equidistantes. Os pontos de intervenção tiveram suas coordenadas registradas em um Sistema de Posicionamento Global (GPS) manual e posteriormente plotados em mapa correspondente às áreas de influência do empreendimento, foram realizados caminhamentos assistemáticos para identificação e registro dos diferentes compartimentos ambientais, além dos bens materiais de valor histórico e pré-histórico situados no local.

Os dados levantados foram sistematizados, confrontados e interpretados. Para melhor visualização dos resultados, foram elaborados mapas e plantas evidenciando as áreas vistoriadas, sondagens abertas e bens identificados. Os bens materiais de natureza histórica identificados na execução dos trabalhos tiveram o seu grau de impacto avaliado, enquanto os sítios arqueológicos foram analisados, descritos e registrados.

Todo material coletado em campo foi alvo de curadoria. Posteriormente, foi realizada a análise do material para melhor compreensão dos sítios arqueológicos.

Arqueologia Regional e Patrimônio Cultural

No que diz respeito aos estudos arqueológicos desenvolvidos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, reitera-se a carência de informações sistematizadas. A configuração desse cenário não deixa de ser curiosa, pois no que concerne aos estudos desenvolvidos no Estado de Minas Gerais, a região já vem sendo estudada há séculos. A área conta com um patrimônio arqueológico distinto e que pode ser inserido em períodos cronológicos diferentes, chamando a atenção de uma gama de pesquisadores mineiros e de outros estados (MORAIS, 1999).

Em relação aos estudos arqueológicos desenvolvidos na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, as iniciativas de sistematização podem ser detectadas a partir da década de 1980, com o desenvolvimento dos primeiros projetos de pesquisa de caráter sistemático (ALVES, 2013). Contudo, notícias sobre achados arqueológicos na região são bem antigas, podendo ser detectadas desde o final do século XIX, com a consolidação da colonização. Na ocasião, era possível encontrar em abundância artefatos inteiros como panelas, machadinhas, cachimbos, entre outros, todos classificados como ‘panelas de bugres’ e ainda, ‘pedra de raio’, no caso das machadinhas fortuitamente localizadas. Geralmente,

essa rica produção material era descartada, já que não existia interesse em se preservar os objetos relacionados aos grupos indígenas (SILVA; FOGGI, 2013).

Nesse contexto, a situação só veio a se alterar na década 1950, por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Durante as obras interventivas para instalação do empreendimento foram localizadas, próximas ao Rio Paranaíba, diversas igaçabas enterradas, sobrepostas umas às outras, acompanhadas de ossos, caracterizando um enterramento. Esses dados foram preservados na tradição oral e documentados textualmente por Silva e Foggi (2013). De acordo com os autores, um morador local chegou a guardar em sua residência um pote com uma ossada e um crânio. O senhor ainda afirmou que uma grande quantidade de potes e igaçabas foi levada por engenheiros da construtora responsável pela hidrelétrica para destinos incertos.

Prosseguindo no histórico da arqueologia na região, Silva e Foggi (2013) chamam a atenção para os esforços que ganharam corpo na década de 1980, ocasião em que a arqueóloga Marcia Angelina Alves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), coordenou o projeto ‘Quebra Anzol’. A proposta foi

dedicada fundamentalmente à prospecção e escavação de diversos sítios arqueológicos da região, objetivando o conhecimento preliminar do quadro arqueológico do Vale do Paranaíba. Na mesma época, o achado de uma lâmina polida de machadinha, na cidade de Centralina chegou aos ouvidos de Alves (2013), que estendeu o escopo de atuação do projeto ‘Quebra Anzol’. Com o desenvolvimento das pesquisas, a localidade adquiriu certa projeção no cenário nacional por conta dos achados, principalmente devido às análises envolvendo parte de um crânio humano, datado em 4.200 anos (ALVES, 2013).

Outra ação de caráter mais sistemático na região aconteceu no ano de 1999. Na época, o conhecimento de diversos sítios arqueológicos na cidade de Cachoeira Dourada, levou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura a solicitar ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) a visita de um arqueólogo para emissão de laudo. O pesquisador encarregado do trabalho foi Fabiano Lopes Paula, que efetuou uma caracterização preliminar dos sítios identificados. Digno de nota, nesse contexto, foi a apresentação de uma panela inteira proveniente do município de Cachoeira Dourada, no ano de 1999, no 1º Seminário do Patrimônio Arqueológico

e Legislação Estadual, que foi classificada como pertencente à Tradição Aratu (SILVA; FOGGI, 2013).

Após a visita de Fabiano Lopes Paula à região, poucas foram as iniciativas de pesquisa desenvolvidas. Ao que parece, a maior parte dos trabalhos regionais produzidos posteriormente foram gestados no âmbito da Arqueologia Preventiva, não gerando publicações significativas nem contribuindo de forma efetiva para o conhecimento do contexto local. O quadro só começou a se alterar no ano de 2009, quando a Fundação Cultural de Ituiutaba contratou o arqueólogo Marcelo Fagundes para realização do diagnóstico da arqueologia local do município. Silva e Foggi (2013) afirmam que foram 15 dias de pesquisas junto ao rio Tijuco e região de São Lourenço. Com as atividades, foram identificados 38 sítios arqueológicos. Contudo, no momento atual, tal pesquisa encontra-se paralisada, devido à falta de recursos, sendo que os sítios localizados ainda não constam na base de dados virtuais do IPHAN (FAGUNDES, 2009).

No ano de 2011, foi a vez da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Cachoeira Dourada assinar convênio com a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), para

realização de pesquisas arqueológicas no município. O arqueólogo encarregado da empreitada foi novamente Marcelo Fagundes, diretor do Laboratório de Arqueologia da UFVJM. A pesquisa encontra-se em andamento, tendo sido identificados até o momento cerca de 18 sítios arqueológicos, a maioria nas margens do rio Paranaíba, alguns com datações entre 500 AP e 410 AP (FAGUNDES, 2011).

Nesse ponto, cabe uma nota sobre a configuração particular assumida pela região, que se desloca da área da Arqueologia para se relacionar com a Paleontologia. Trata-se do fato do recorte geográfico em pauta apresentar também potencial do ponto de vista paleontológico, com sítios significativos localizados nos municípios de Prata e Uberaba. Particularmente, no município de Prata foram evidenciados fósseis referentes a um dos maiores dinossauros encontrados no país, denominado de *Maxakalisaurus topai*, que teria vivido a cerca de 80 milhões de anos. Após votação popular, passou a ser denominado de Dinoprata. Cabe destacar que a réplica desse dinossauro encontra-se exposta no Museu Nacional do Rio de Janeiro, sendo pesquisado pelo paleontólogo Alexandre Kellner (2007).

O patrimônio cultural de Perdizes, Pedrinópolis e Santa Juliana

Em termos gerais, patrimônio cultural pode ser definido pelo conjunto de todos os bens materiais e/ou imateriais, que devido ao valor manifestado, são considerados relevantes no tocante a questões concernentes à identidade e cultura de um determinado grupo social. De acordo com o IPHAN (2013), a concepção não abarca somente imóveis oficiais isolados, mas no âmbito do contexto contemporâneo, se estende a imóveis particulares, trechos naturais e até mesmo paisagens, incluindo ainda todo um universo de expressões culturais e as tradições ancestrais que um grupo social mantém e transmite para gerações futuras. Em linhas gerais, pode-se dizer que é constituído além da materialidade, pelos saberes e memórias, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes, enfim, todos os aspectos que se relacionam com a identidade de uma determinada comunidade.

No caso específico do município de Perdizes, ao se falar do patrimônio cultural conhecido, se está referindo às expressões materiais e tradições locais consolidadas ao longo de mais de oito

décadas de história. Preliminarmente, pode-se destacar dois bens de natureza material e imaterial de relevância histórica e cultural. As primeiras informações nesse sentido podem ser verificadas na relação de bens protegidos em Minas Gerais apresentados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Patrimônio Cultural.

No documento, constam listados os seguintes bens: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Figura 1) e Festa de Nossa Senhora da Cabeça. Digno de nota que ainda consta na lista o bem móvel Imagem de São Sebastião.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, foi erigida na década de 1830, com a criação da paróquia ocorrendo meio século depois, em 1880, e sob a responsabilidade do Bispado de Goiás. Posteriormente, a população local começou a venerar a Nossa Senhora sob o título de Nossa Senhora da Cabeça. Segundo ainda consta, a comunidade local festeja a Nossa Senhora da Cabeça no último domingo do mês de julho, gerando enorme comoção, com milhares de fiéis e romarias de todo o país (PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES, 2015).

Figura 1: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: acervo dos autores.

Já em relação a Pedrinópolis pode-se destacar 24 bens de natureza material de relevância histórica e cultural. As primeiras informações nesse sentido podem ser verificadas na relação de bens protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS do Patrimônio Cultural.

No documento, constam listados os seguintes bens: Casa de Memória, Casa de Dona Raquel, cinco casas urbanas, Chácara de São Sebastião, Fazenda Boa Vista/Pontal, Fazenda Cabeceira do Córrego do Ipê, Fazenda Creoulos, Fazenda das Paineiras, Fazenda do Fundão, Fazenda Gameleira, Fazenda Genésio Carneiro, Fazenda Lagoinha (propriedade da Sra. Tereza de Ávila), Fazenda Lagoinha (propriedade da Sra. Terezinha Carneiro), Fazenda Modelo, Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Pontal, Fazenda São Gonçalo, Fazenda Serra do Luar e Fazenda Tiza. No

entanto, em conversa com uma funcionária da prefeitura municipal, obteve-se a informação de que mais uma residência urbana seria protegida, no entanto, ela ruiu antes de dar entrada na documentação.

Cabe ressaltar que, segundo a Secretaria Municipal de Cultura, na Festa de Santa Terezinha as crianças são os festeiros da Santa, vestindo-se como ela no último dia da festa, quando saem em procissão com outros festeiros e a população. Há a alvorada festiva, queima de fogos de artifício, banda de música, missas na Praça São Sebastião e, em seguida, procissão luminosa.

Pedrinópolis é um município fiel às tradições, cultiva hábitos e costumes antigos, que se manifestam, por exemplo, na figura das benzedadeiras. Festas típicas, como a Folia de Reis, festas juninas, cavalhadas, dentre outras, fazem parte do calendário de atividades culturais da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES, 2015).

Já em relação a Santa Juliana, esta não apresenta qualquer bem cultural de natureza material ou imaterial, conforme pode ser verificado na relação de bens protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS do Patrimônio Cultural. No entanto, durante os deslocamentos no município, foi possível notar o muro de

pedras do cemitério municipal, ainda bastante preservado. Não obstante, pode-se observar a Igreja Matriz e a existência da Fundação e Museu Ambrosina Rodrigues do Carmo, atualmente fechado para visitas. Finalmente, foi registrado o muro do cemitério municipal, feito em pedra, sem argamassa (Figura 2).

Figura 2: Bens materiais existentes em Santa Juliana: Igreja Matriz (A) e Muro do cemitério municipal (B)



Fonte: acervo dos autores.

Interessante destacar que entre os costumes da cidade, ainda pode-se citar o anúncio de falecimento por som, ação outrora costumeira em várias localidades.

No entanto, diferentemente das outras cidades citadas, Santa Juliana não coloca a preservação de seu patrimônio

histórico como fundamental. Ainda é possível ver bens culturais materiais, porém sem ter a certeza do tempo que estes permanecerão intactos.

Ainda, por meio de conversas com os moradores de Perdizes, Pedrinópolis e Santa Juliana, foi possível obter novos dados acerca da conformação histórica da área. Com as informações obtidas foi possível estabelecer um quadro referencial preliminar acerca dos aspectos históricos, culturais e arqueológicos das áreas de influência do empreendimento.

Prospecção arqueológica

Com o objetivo de diagnosticar o potencial arqueológico e prospectar o empreendimento de atividades agrossilvopastoris, foram realizadas expedições de campo, visando o reconhecimento dos diferentes compartimentos ambientais, acompanhadas pela abertura sistemática de tradagens conforme *grid* pré-estabelecido. O objetivo dessas ações foi identificar sítios arqueológicos e áreas de interesse histórico e cultural, delimitando sua extensão e avaliando seus impactos frente às atividades e estruturas implementadas pelo empreendimento em questão. Em paralelo, foram realizados caminhamentos com observação de superfície, a fim de identificar possíveis vestígios

arqueológicos, além de levantamentos bibliográficos, no intuito de obter informações documentais para a contextualização do presente estudo.

A ADA do empreendimento ocupa, parcialmente, três municípios da região do Triângulo Mineiro, a saber: Perdizes, Santa Juliana e Pedrinópolis (em menor escala), locadas distantes de um povoamento considerável. Durante as atividades de campo, foi possível notar que a fazenda expandiu, adquirindo pequenas propriedades próximas. Em raros pontos da divisa da ADA/AID é possível encontrar propriedades rurais de pequenos agricultores, sendo todo o restante tomado por terras ocupadas pelo agronegócio.

Tais expedições permitiram identificar que, nos pontos onde a vegetação foi preservada, encontram-se indivíduos arbóreos de pequeno e médio portes, além de vegetação típica de cerrado. Cabe ressaltar que muitas dessas áreas se encontram em regeneração. Não obstante, encontram-se áreas em que o *Melinis minutiflora* - também conhecido como capim melado - predomina.

Em relação à topografia local, pode-se afirmar que esta é bastante regular, já que, na maioria dos momentos, encontram-se variações de altitude mínimas. No entanto, cabe-se destacar que as variações

de altitude nas áreas de reserva legal aumentam consideravelmente, visto que em grande parte destas há presença de córregos e vertentes d'água em fundo de vale.

Os recursos hídricos são abundantes, devido à grande quantidade de córregos e o grande número de represas para acúmulo de água para utilização no plantio. Não obstante, é possível encontrar grandes áreas de afloramento rochoso, variando entre arenito e canga.

No tocante às intervenções em subsuperfície (Figura 3), foram realizadas 504 tradagens com diâmetro variável entre 25cm e 35cm, que atingiram a profundidade média de 82,8cm - levando em consideração o contexto arqueológico local – e profundidade máxima de 170cm. Todas as tradagens foram abertas com auxílio de cavadeiras articuladas, do tipo ‘boca de lobo’. Ainda, todos os sedimentos receberam especial atenção, sendo descritos quanto a sua composição, granulometria, compactação, umidade, coloração e possível presença de vestígios arqueológicos.

Figura 3: Tradagem sendo executada



Fonte: acervo dos autores.

Em alguns pontos previstos para a vistoria não foram realizadas intervenções devido às condições locais que impossibilitavam o acesso. Diversos tipos de plantações com seus indivíduos completamente desenvolvidos (caso de milho e cana-de-açúcar, que possuíam mais de 2m de altura) brejos, córregos, barragens, afloramento de canga, dentre outros, foram alguns dos fatores para a não realização ou deslocamento das tradagens.

Finalmente, se faz necessário destacar o fato que toda a extensão da ADA apresenta terreno antropizado, seja por estruturas relacionadas ao empreendimento, vias de acesso abertas ou mesmo as áreas de pivô e plantações. Isso influencia diretamente o diagnóstico de vestígios arqueológicos. Cabe ressaltar que apenas uma tradagem teve resultado positivo durante os trabalhos, retornando uma possível lasca-núcleo, no nível 13.

Áreas de interesse arqueológico

Durante as atividades de pesquisa arqueológica na área foi possível constatar a existência dos seguintes sítios arqueológicos: Sítio Arqueológico Pré-colonial do Ronco (AID), Sítio Arqueológico Pré-colonial da Capivara (AID), Sítio Histórico Valo das Abelhas (ADA), Sítio Histórico Valo dos Bois (ADA/AID), Sítio His-

tórico Casa Velha (AID) e três ocorrências arqueológicas (AID).

Sítio Arqueológico Pré-colonial do Ronco (AID)

O sítio (Figura 4) situa-se adjacente à margem esquerda (norte) do córrego do Pântano/Ribeirão Santa Juliana, em local ligeiramente declivoso, em baixa altura em relação ao leito atual do córrego (por volta de 940m), em área de Reserva Legal, na porção central da Fazenda Água Limpa. A mata nativa, provavelmente, era constituída de vegetações do tipo cerrado. É possível notar que foi realizado um desmate local, porém, não houve sua utilização para plantação, visto o grande afloramento rochoso existente. Atualmente, devido à escolha do local para Reserva Legal, este se encontra em regeneração da vegetação nativa de cerrado, apresentando grande quantidade de indivíduos arbóreos em meio aos afloramentos rochosos. Durante a realização da análise da paisagem, *in loco*, foi possível notar que o córrego, em seus momentos de cheia, avança sobre a margem, onde se encontra grande parte dos vestígios. Tal situação permite inferir o deslocamento de vestígios arqueológicos para outras áreas através da força das águas.

Figura 4: Sítio Arqueológico Pré-Histórico (SAPH) do Ronco: vista parcial do sítio arqueológico (A) e possível bacia de polimento encontrada em afloramento rochoso (B)



Fonte: acervo dos autores.

Na área do sítio encontra-se quantidade considerável de vestígios líticos lascados, em superfície, sendo em sua maioria lascas, de pequenas dimensões, em arenito silicificado. Os artefatos arqueológicos encontram-se espalhados por uma superfície aproximada de sete hectares, possivelmente em função da antropização local. Devido à localização na paisagem e ao número de vestígios observados, é possível inferir que no passado os grupos humanos tenham utilizado o local como oficina lítica. No entanto, novos

vestígios não foram encontrados em setores mais altos e distantes do córrego, possivelmente devido a grande antropização da área, o que possibilitaria inferir a existência de um acampamento próximo. Por fim, ressalta-se que o sítio encontra-se a 360m nordeste do SAPH da Capivara. Levantou-se a hipótese desses sítios serem contemporâneos e parte integrante de um mesmo sítio, porém, após caminhamento e demais levantamentos na área, não foi possível encontrar uma ligação entre eles.

Durante as caminhadas na área foram encontrados diversos vestígios em superfície, tanto em porção próxima à margem do ribeirão Santa Juliana, como em terrenos de maior altitude, a mais de 50m de distância do curso d'água. Cabe ressaltar que os vestígios se encontram, muitas vezes, misturados aos afloramentos rochosos e as vegetações de superfície. Ainda, o local apresenta grandes aglomerações de estilhas¹, o que permite inferir intensa atividade para a produção de artefatos.

Para a delimitação do sítio arqueológico, além dos caminhamentos realizados, foi observada a existência de vestígios em superfície, visto a impossibilidade de realização de intervenções em subsu-

perfície. Para tanto, os pontos foram registrados por meio de Sistema de Posicionamento Global (GPS) manual respeitando a dispersão do material, assim como barreiras e geoindicadores naturais. A área estimada para o sítio arqueológico foi de 7,29 ha.

Sítio Arqueológico Pré-colonial da Capivara (AID)

O sítio (Figura 5) situa-se adjacente à margem esquerda (norte) do córrego do Pântano/Ribeirão Santa Juliana, em local ligeiramente declivoso, em altura em relação ao leito atual do córrego (por volta de 940m), em área de Reserva Legal, na porção central da Fazenda Água Limpa. A mata nativa, provavelmente, era constituída de vegetações do tipo cerrado. É possível notar que foi realizado um desmate local, porém, não houve a utilização do local para plantação, visto o grande afloramento rochoso existente. Atualmente, devido à escolha do local para Reserva Legal, este se encontra em regeneração da vegetação nativa de cerrado, apresentando grande quantidade de indivíduos arbóreos em meio aos afloramentos rochosos. Em meio à realização da análise da paisagem, *in*

¹ Estilhas podem ser consideradas “[...] conjuntos de lascas nas quais não se observa nem trabalho

secundário, nem utilização e que foram abandonadas”

loco, foi possível notar que o córrego, em seus momentos de cheia, avança sobre a margem, onde se encontra grande parte dos vestígios. Tal situação permite inferir o deslocamento de vestígios arqueológicos para outras áreas através da força das águas.

Na área do sítio encontrou-se uma grande quantidade de vestígios líticos lascados, em superfície, sendo em sua maioria lascas e instrumentos, de pequenas dimensões, em arenito. Os artefatos arqueológicos encontram-se espalhados por uma superfície aproximada de oito hectares, possivelmente em função da antropização local e do deslocamento sofrido por forças naturais.

Figura 5 - SAPH da Capivara: vista parcial do sítio arqueológico (A) e vestígio arqueológico encontrado em superfície (B)



Fonte: acervo dos autores.

Devido à localização na paisagem e ao número de vestígios observados, é possível inferir que no passado os grupos humanos tenham utilizado o local como oficina lítica. No entanto, novos vestígios não foram encontrados em setores mais altos e distantes do córrego, possivelmente devido à grande antropização da área, o que possibilitaria inferir a existência de um aldeamento próximo à oficina. O sítio em questão encontra-se a 360m sudeste do SAPH do Ronco.

Durante as análises realizadas no sítio foram encontrados diversos vestígios em superfície, sendo grande parte deles localizados às margens do ribeirão Santa Juliana. No entanto, em algumas porções, foi possível encontrar vestígios arqueológicos em áreas mais altas. Cabe ressaltar que os vestígios se encontram, muitas vezes, misturados aos afloramentos rochosos e as vegetações de superfície.

(FIGUEIREDO, 2008).

Para a delimitação do sítio arqueológico, além dos caminhamentos realizados, foi observada a existência de vestígios em superfície, visto a impossibilidade de realização de intervenções em subsuperfície. Para tanto, os pontos foram registrados por meio de GPS manual respeitando a dispersão do material, assim como barreiras e geoindicadores naturais. A área estimada para o sítio arqueológico foi de 8,7ha.

Sítio Histórico Valo dos Bois (ADA)

O Sítio Histórico Valo dos Bois (Figura 6) se refere a um fosso escavado diretamente no terreno e cuja funcionalidade, provavelmente, era a divisa entre fazendas. Posterior ao achado fortuito, foi realizado um caminhamento no local com o intuito de mapear toda a extensão do valo, que se encontra inserido na ADA, situado próximo à extremidade leste do empreendimento. Com esse procedimento, foi possível estabelecer seus limites, a saber: 360m de comprimento, profundidade variável entre 70cm e 150cm, e largura variável entre 150cm e 250cm. Não obstante, vale ressaltar que o valo é interrompido, em seu início, por uma via de acesso, de aproximadamente 10m de largura. Dessa forma, o valo, em sua primeira por-

ção possui cerca de 80m, interrompido por, aproximadamente, 10m da via de acesso e tendo sua continuidade na porção final, que se estende por cerca de 270m. Cabe ressaltar que o bem estava inserido em uma área de leve declividade, sendo o seu início marcado pela altitude de 1.065m e o seu final pela altitude de 1.091m, ou seja, uma variação de 26 metros, apresentando uma declividade de 7,2% nesta porção do terreno.

Figura 6 - reconhecimento do Valo dos Bois



Fonte: acervo dos autores.

Atualmente, o valo é coberto por uma densa vegetação que, por vezes, impossibilita a passagem. Por outro lado, é importante destacar que foi esta vegetação que auxiliou na preservação do bem. Ainda, a sua margem norte é cercada por arame e moirões.

Finalmente, foram realizadas intervenções em subsuperfície por toda a extensão da estrutura, distando cerca de

90m. Vale ressaltar, no entanto, que durante a realização de tradagens, não foi encontrado qualquer vestígio arqueológico.

Sítio Histórico Valo das Abelhas (ADA/AID)

O Sítio Histórico Valo das Abelhas se refere a um fosso escavado diretamente no terreno e cuja funcionalidade, provavelmente, era a divisa entre fazendas. Posterior ao achado fortuito, foi realizado um caminhamento no local com o intuito de mapear toda a extensão do valo, que se encontra inserido na ADA do empreendimento, já no limite com a AID, situado à extremidade sul do empreendimento. Com esse procedimento, foi possível estabelecer seus limites, a saber: 457m de comprimento, profundidade variável entre 50cm e 150cm, largura variável entre 100cm e 150cm. Cabe ressaltar que o bem está inserido em uma área de leve declividade, sendo o seu início marcado pela altitude de 1.065m e o seu final pela altitude de 1.052m, ou seja, uma variação de 13m, apresentando uma declividade de 2,8% nesta porção do terreno – quase imperceptível.

Atualmente, o valo é coberto por uma densa vegetação que, por vezes, impossibilita a passagem. Por outro lado, é

importante destacar que foi essa vegetação que auxiliou a preservação do bem. Ainda, a sua margem nordeste é cercada por arame e moirões.

Finalmente, foram realizadas duas intervenções em subsuperfície, na área central do valo. Ressalta-se, no entanto, que durante a realização das intervenções, não foi encontrado qualquer vestígio arqueológico.

Sítio Histórico Casa Velha - AID

O Sítio Histórico Casa Velha (Figura 7) consiste em uma antiga edificação abandonada, ainda com suas paredes de pé, localizada no extremo sul da área a ser licenciada pelo empreendimento. A casa aparenta ter sido ocupada recentemente, porém por um período curto, visto a grande quantidade de descarte atual, assim como colchões encontrados no chão da edificação.

Após a verificação inicial da residência, foi realizada uma medição, para saber a área de construção, assim como todas as dimensões de suas fachadas. Desta forma, foi possível averiguar que a sua face frontal (voltada a nordeste) e sua face posterior (voltada a sudoeste) possuem 7m de comprimento, enquanto as faces esquerda (voltada a noroeste) e direita (voltada a sudeste) possuem 9,5m de compri-

mento – cabe ressaltar, no entanto que há uma pequena área posterior que se estende por 2,7m, deixando a estrutura residencial com aproximadamente de 6,8m. Devido à falta de manutenção, foi possível notar diversas características da residência, passíveis de visualização apenas após a retirada das primeiras camadas das paredes (pintura, reboco etc.). Nesse caso, foi possível diagnosticar que foi erigida com tijolos de adobe. Na área externa posterior a residência, foi possível notar a construção de uma parede de pau-a-pique, já bastante deteriorada. Finalmente, foi possível ver o alicerce de pedra (canga) que serviu como base para a moradia.

A fachada frontal da residência conta com duas janelas de madeira, situadas a cerca de 80cm de cada extremidade da face, ainda em boas condições. Entre as janelas há uma estrutura onde se localizava a porta de madeira, que se encontra deteriorada, sem apresentar a folha da porta e com um dos batentes deteriorados. Ainda, é possível ver peças em madeira que auxiliaram na construção da estrutura, como é o caso de vigas e da linha.

A face lateral noroeste apresenta apenas uma janela de madeira, bem conservada. Pode-se avistar as vigas em madeira que, possivelmente, serviram como intercessões de paredes interiores. Assim, é possível inferir a existência de uma pa-

rede divisória próxima da porção central da face citada.

Figura 7: Sítio Histórico Casa Velha: fachada frontal (A) e vista parcial da parede de pau-a-pique (B, C)



Fonte: acervo dos autores.

Finalmente, há a área externa, que ocupa 2,70m, sendo coberta apenas pelo

telhado e a viga de sustentação (no extremo da partição), sem paredes. Já a face lateral sudeste apresenta uma porta a cerca de 3,50m da intercessão com a fachada frontal. A porta está em boas condições e ainda se encontra completa. Posteriormente, a cerca de um metro há uma janela, também em boas condições. Assim como no lado oposto, há a existência da área externa coberta.

Já a fachada posterior possui apenas uma porta, em boas condições. Nota-se também um pequeno fogão a lenha, logo após a porta, encostado na parede posterior. No entanto, cabe destacar que após a citada parede há a área externa, coberta pelo telhado original, apresentando uma parede de pau-a-pique (extremamente deteriorada) em sua face sudoeste, que percorre pouco mais de 4m da extensão da fachada posterior. Foram realizadas sete intervenções com o intuito de analisar o subsolo no entorno imediato da residência, tomando as devidas precauções para que não atingisse qualquer estrutura aparente ou encoberta. Dentre as intervenções realizadas, nenhuma retornou resultado positivo quanto à ocorrência de material arqueológico. As tradagens foram atingiram profundidade média de 85cm.

Durante a realização das tradagens e caminhamento pela área, foram encontrados diversos vestígios históricos.

Apesar do potencial local, não foi possível encontrar qualquer vestígio de uma área de descarte (lixreira) em subsolo. Dentre os vestígios históricos encontrados, destacam-se: fragmentos cerâmicos, uma pequena garrafa de vidro gravada com o nome 'COALHO FRISIA' e uma cabeça de machado antiga - metal.

CONCLUSÕES

Durante as pesquisas arqueológicas na área a ser licenciada para empreendimento agrossilvopastoril foram encontrados cinco sítios arqueológicos, sendo dois pré-históricos e três sítios históricos. Os vestígios arqueológicos pré-coloniais – Sítio Arqueológico Pré-Colonial do Ronco e Sítio Arqueológico Pré-Colonial da Capivara, além de duas ocorrências – encontram-se em bom estado de preservação e com baixos riscos de impactos, visto sua localização em áreas de reserva legal.

Por outro lado, as ocorrências da ocupação pós-contato identificadas na Área Diretamente Afetada são estruturas componentes do Valo dos Bois e do Valo das Abelhas. Já na AID do empreendimento, foram observadas as ruínas do Sítio Histórico Casa Velha, além de uma ocorrência. As estruturas de divisa – valos – estão em estado de preservação médio, visto alguns impactos naturais e antrópi-

cos, no entanto, devido a legislação, os sítios estarão protegidos e devidamente sinalizados, mesmo localizando-se em áreas de impacto direto. Por fim, o Sítio Histórico Casa Velha – e demais ocorrências – apresentam bom estado de preservação e se encontram em área de reserva legal, protegidos de quaisquer impactos antrópicos.

Desta forma, vale ressaltar que mesmo com os constantes impactos – em superfície e subsuperfície – recorrentes de áreas agrossilvopastoris, os vestígios arqueológicos permanecem no local, sendo possível encontra-los com pesquisas aprofundadas e metodologias adequadas.

REFERÊNCIAS

ALVES M. A. A Arqueologia no Extremo Oeste de Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, v. 2, n. 2, p. 96-117, 2013.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n° 3.924 de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n° 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama n° 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. D.O.U., 17 fev. 1986, Seção 1, p. 2548-9. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 23 fev. 2018.

FAGUNDES, M. **Relatório de Pesquisa Arqueológica em Ituiutaba – MG**. Belo Horizonte/MG: Ambiente, 2009.

FAGUNDES, M. **Relatório de Pesquisa Arqueológica em Cachoeira Dourada - MG**. Diamantina/MG: UFVJM/LAEP, 2011.

FIGUEIREDO, M. T. Estudo da cultura material lítica e cerâmica dos sítios Silva Serrote e Menezes: análise das cadeias operatórias dos vestígios de culturas pré-coloniais do Alto Paranaíba, Minas Gerais. Tese de doutoramento. São Paulo: MAE-USP, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio Cultural**, 2007.

Informações disponíveis em:

<<http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>>. Acesso em 01/04/2013.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_28_de_31_de_janeiro_de_2003.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

KELLNER, A. W. A. O projeto Maxakalisaurus Topai. *Paleontologia em destaque: Boletim informativo da Sociedade Brasileira de Paleontologia*, Rio de Janeiro, n. 57, v. 22, p. 51-53, jan./mar. 2007.

MORAIS, J. L. Arqueologia da região Sudeste. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 194-217, dez./fev. 1999-2000.

MORAIS, J. L. Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva. In: MORI, V. H. (Org). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

PERDIZES. Prefeitura Municipal. **A história de Nossa Senhora da Cabeça**. Perdizes/MG, 2015.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, C. S.; FOGGI, R. M. D. **O patrimônio arqueológico do Pontal do Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: UFU/FACIP, 2013.

SOCIOAMBIENTAL PROJETOS. **Relatório de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica – Atividades Agrossilvopastoris**. Belo Horizonte, 2016.

Inês de Oliveira NORONHA

Departamento de Arqueologia,
Socioambiental Projetos
socioambientalprojetos@uol.com.br

Paulo Eduardo de Oliveira ENÉAS

Departamento de Arqueologia,
Socioambiental Projetos
pauloeneas.socioambiental@gmail.com
